

Erosão democrática e militarização nos países ibero-americanos na última década

Democratic erosion and militarization in Ibero-American countries in the last decade

Rev. Bras. Est. Def. v. 11, n. 2, jul./dez. 2024, p. 166–186

DOI: 10.26792/RBED.v11n2.2024.75387

ISSN 2358-3932

PAULO ROBERTO CARDOSO
ALICE CASTELANI
GUSTAVO LIMA

INTRODUÇÃO

Nos últimos 35 anos, os avanços globais em termos de democracia foram anulados, o que se reflete no fato de que todas as regiões do mundo enfrentam hoje um processo de retrocesso da democracia liberal (V-Dem Institute 2023). Embora localizados em uma das regiões mais democráticas do mundo, os países ibero-americanos também experimentam um processo de declínio da democracia, fenômeno mais latente, sobretudo, a partir de 2012 (V-Dem Institute 2023; Mainwaring and Pérez-Liñán 2023). Esse retrocesso se caracteriza por uma erosão gradual da democracia, muitas vezes legitimada pelas suas próprias instituições, e não necessariamente assume a forma de golpes de Estado (Bermeo 2016). Paralelamente, observamos o retorno dos militares à proeminência política na região da Iberoamérica, expresso na ocupação de cargos político-administrativos e pela coordenação e execução de tarefas além de suas atribuições tradicio-

Paulo Roberto Cardoso é doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Filosofia do Direito pela UFMG. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). **Contribuição no artigo:** definição da conjuntura temática e redação dos itens 1 e 5. [Orcid.org/0009-0003-4678-0663](https://orcid.org/0009-0003-4678-0663). E-mail: cardosopauloroberto@yahoo.com.br.

Alice Castelan é doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (ESG). Bacharel em Ciências do Estado pela UFMG. **Contribuição no artigo:** definição da conjuntura temática e redação dos itens 2, 3, 3.1, 3.4 e 4. [Orcid.org/0000-0003-2143-656X](https://orcid.org/0000-0003-2143-656X). E-mail: alicecastelani@gmail.com.

Gustavo Lima é mestrando em Public International Relations and Diplomacy pela Sookmyung Women's University, em Seoul, na Coreia do Sul. Bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Contribuição no artigo:** definição da conjuntura temática e redação dos itens 1, 3.2 e 3.3. [Orcid.org/0000-0003-0908-0249](https://orcid.org/0000-0003-0908-0249). E-mail: gustavosantos0912@gmail.com.

nais (Diamint 2018; Brandon 2022; Hoecker 2023). Diante desse contexto, é relevante marcar que os militares têm sido convocados pelos governos civis a assumirem maiores responsabilidades políticas (Barrientos 2023; Brandon 2022; Diamint 2018; Hoecker 2023), diferente do que ocorreu em grande parte dos golpes militares do século XX.

Dado esse contexto, atualmente, a literatura debate *se e como* a Instituição Militar tem sido mobilizada para corroer instituições democráticas nos países ibero-americanos. Em diálogo com esse debate, buscamos examinar neste artigo a relação entre erosão democrática e militarização a partir da análise do orçamento militar no período de 2012 a 2022 em quatro países destacados: Brasil, Chile, Uruguai e Equador. O critério de escolha dos casos considerou em quais países de democracia liberal ou eleitoral o índice de democracia piorou e em quais houve uma melhora nos últimos dez anos, usando o Índice de Democracia Liberal (LDI) do V-Dem Institute (2023). Esse índice apontou que Brasil, Chile e Uruguai são os países da região que seguem uma tendência de autocratização¹ enquanto o Equador,² apesar do atual quadro de crise na segurança pública, apresenta uma tendência de melhora dos seus indicadores. Com isso, objetivamos analisar se o orçamento militar em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), no período indicado, aumentou ou diminuiu em regimes que expressam uma tendência de autocratização, usando o Equador como contraponto aos demais casos. Para isso, por meio do método de política comparada,³ analisamos os dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri), que contém dados sobre os orçamentos de defesa, buscando verificar qual o padrão do orçamento de defesa nos casos examinados.

Por fim, explicamos que este texto, para além desta introdução e das considerações finais, foi organizado em três partes: primeiro, discutimos os processos de erosão democrática e militarização nos países ibero-americanos; em seguida, apresentamos de forma ampla uma descrição dos casos em análise; e, por último, analisamos de modo comparado os orçamentos militares. Com isso, concluímos que, tanto em um contexto de autocratização quanto no caso de melhora do índice de democracia, o orçamento militar nos países analisados segue uma tendência geral de queda, que é interrompida, quase sempre, apenas nos casos de crises sociais.

EROSÃO DEMOCRÁTICA E MILITARIZAÇÃO NOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS

Nesta seção, discutimos os processos de erosão democrática e militarização nos países ibero-americanos. O atual processo de erosão democrática não resulta de rupturas repentinas, mas de um desgaste gradual

que pode levar ao colapso ou enfraquecimento da democracia, de modo que sejam anulados os progressos realizados (Bermeo 2016). Neste texto, nosso foco é analisar este processo gradual de deterioração, particularmente a partir da avaliação do papel desempenhado pela Instituição Militar no contexto de erosão democrática na Iberoamérica. Isso porque a atuação das forças armadas (FA) nesta região, historicamente, influenciou de forma significativa o desenvolvimento dos Estados, incluindo as formas de governo adotadas. Desde o século XIX, ditaduras militares e golpes de Estado marcam a história política dos países ibero-americanos, assim como, por vezes, as FA foram mobilizadas pelas classes dominantes como recurso para impor ordem em cenários de crise, mantendo o controle sobre a população, em muitos casos, por meio do uso indiscriminado da força (Kruijt 2019).

Desde 1980, com a transição democrática, os Estados na região foram capazes de impor certos limites à atuação militar, mas nenhum foi capaz de exercer um nível de controle civil completo sobre a Instituição Militar (Diamint 2015; Kruijt 2019; Brandon 2022; Hoecker 2023). Com a emergência de regimes democráticos, assuntos relativos à prosperidade econômica ou às exigências de melhorias sociais gradualmente ganharam centralidade na agenda política desses países, enquanto a questão militar era preterida (Diamint 2015). Hoje, apesar dos avanços democráticos na região, observamos um processo de estagnação da consolidação democrática e, a partir de 2012, de retrocesso democrático (Mainwaring and Pérez-Liñán 2023). Paralelamente, observamos uma crescente ocupação de cargos político-administrativos e a execução de tarefas além da atribuição constitucional por militares (Pion-Berlin and Acácio 2020; Botelho, Carreño, and Tule 2023; Brandon 2022). Tendo isso em vista, Diamint (2018, 205, tradução nossa) diz que está em curso na região um processo de militarização da política, que pode ser caracterizado “[...] pela disseminação e influência dos valores militares em domínios da esfera civil”.

A militarização não é uma novidade na região, em que os militares desenvolveram uma espécie de “perfil multifuncional” (Diamint 2018, 204), atuando em diferentes esferas como: partido político; liderança em políticas de segurança pública, saúde, infraestrutura, meio ambiente e tecnologia; e instrumento de repressão a protestos sociais. Na segurança pública a militarização é mais evidente, em especial, quando tratamos das políticas de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado (Brandon 2022; Botelho, Carreño, and Tule 2023; Hoecker 2023). Em decorrência disso, a atuação dos militares, hoje, aproxima-se de algum modo ao que observamos durante os regimes militares do século XX, com a diferença de que

as prerrogativas atribuídas à Instituição Militar não resultam, necessariamente, da atuação proativa e direta dos militares, ao contrário, via de regra, elas resultam de decisões das lideranças políticas civis que, na incapacidade de propor soluções políticas para lidar com os problemas sociais ou com as situações de crise, recorrem aos militares como resposta (Diamint 2018; Barrientos 2023).

Para Beliakova (2021), atualmente, a erosão do controle civil sobre os militares resulta de um processo de “deferência”⁴ dos governos civis, movido por três fatores centrais: (1) desejo de aumentar a aprovação popular de suas políticas; (2) evitar responsabilidades por decisões políticas difíceis; e (3) persuadir os militares com poder, provocando mudanças no equilíbrio do poder civil-militar. Analisando o mesmo assunto, Hoecker (2023) denomina a militarização nos países ibero-americanos de “militarismo civil”, frisando que a decisão de militarizar é um projeto político com a finalidade de obter ou manter o poder. Esse projeto é construído através da naturalização da militarização, que surgiu da operacionalização lógica da democracia na região, resultando em três movimentos principais: (1) deslegitimação da democracia frente aos cidadãos, visto que a militarização como resposta aos problemas sociais não tem apresentado resultados satisfatórios; (2) enfraquecimento da autoridade civil e legitimação de sua substituição por militares; e, por último, (3) enfraquecimento do Estado Democrático de Direito, na medida em que naturaliza a exceção. No curto prazo, pode ser mais difícil identificar a dimensão dos problemas que a militarização pode produzir, porém, a concessão de espaço político decisório confere à Instituição Militar um maior nível de poder, tornando os governos civis mais dependentes desta instituição no longo prazo (Brandon 2022).

Nessa ótica, o uso ilegítimo da violência militar impulsiona o avanço do processo de erosão democrática, nos indicando que compreender as consequências da militarização para o equilíbrio das relações civil-militares é fundamental para identificar os mecanismos de retrocesso democrático, assim como para discutir o papel desempenhado pelos governos civis e militares nesse movimento. Isto posto, frisamos que, neste artigo, partimos da definição de militarização como

[...] a expansão ou tamanho relativo de alguma parte integral, alcance ou missão das forças armadas, que pode ser observada no tamanho do orçamento, no número de soldados e no treinamento, equipamento, prontidão para guerra e institucionalização militar. (Bowman 2002, 19, tradução nossa).

Para avaliar militarização, destacamos o tamanho do orçamento como indicador, considerando que uma das principais ferramentas que os go-

vernos civis dispõem para lidar com os militares é o orçamento de defesa (Clardie 2011). Além disso, existe uma relação negativa significativa entre o nível de democracia e os gastos militares, isto é, à medida que o nível de democracia aumenta, os gastos com militares tendem a diminuir. Isso ocorre porque, em regimes democráticos, há uma tendência de direcionar os recursos financeiros para áreas não militares como saúde, educação ou infraestrutura (Pereira 2004). Em função disso, frisamos que analisar os orçamentos militares funciona como um dos meios para mensurar o poder político e o prestígio das FA (Bowman 2002).

Nesta seção, discutimos como a literatura analisa a mobilização da Instituição Militar por governos civis para enfrentar problemas sociais, funcionando como meio que enfraquece a democracia nos países ibero-americanos. Nas seções seguintes, exploramos os contextos específicos de cada caso selecionado para análise e avaliamos a variação do orçamento no período de 2012 a 2022; buscamos ainda verificar se o atual papel político dos militares tem resultado em prestígio suficiente para que a Instituição Militar mobilize mais recursos orçamentários para o setor de defesa. Fazemos a ressalva de que nosso objetivo não é analisar a qualidade da democracia, mas discutir se o processo de militarização em curso na região, mensurado pelo orçamento militar, reflete em aumento de investimento militar no caso de países que apresentam tendências de autocratização. Por fim, frisamos que o processo de militarização nos países ibero-americanos não é homogêneo. Porém, em muitos casos, tem contribuído para estagnação ou erosão dos regimes democráticos, assim como tem deslocado as relações civil-militares em uma direção não democrática. Esse processo leva, ao mesmo tempo, à deslegitimação dos governantes civis e à deterioração da confiança na democracia.

EROSÃO DEMOCRÁTICA E MILITARIZAÇÃO: DESCREVENDO OS CASOS EXAMINADOS

Nesta seção, de forma abrangente, descrevemos os casos selecionados para análise, buscando contextualizar o processo de militarização em cada um dos Estados, a fim de subsidiar o exame empreendido na seção seguinte. Dito isso, para seleção dos países, usamos os dados levantados pelo V-Dem Institute (2023), destacando todos os regimes de democracia liberal ou eleitoral dos países ibero-americanos e, então, selecionando: (i) três Estados que apresentaram uma queda nos indicadores de democracia entre 2012 a 2022 — Brasil, Chile e Uruguai; e (ii) um Estado que apresentou melhora em seus indicadores neste mesmo período — Equador, o qual funciona aqui como contraponto aos demais países.

Breve panorama: o caso do Brasil

Atualmente, o Brasil enfrenta desafios para consolidar a democracia, expresso no fato de que, desde 2015, a qualidade da democracia está em declínio, especialmente em função do aumento da polarização política durante o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, alcançando seu pior patamar em 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro. Com a vitória de Lula da Silva, atual presidente, esse quadro apresentou uma melhora; porém, a extrema direita e os discursos antidemocráticos continuam a ganhar força no país (V-Dem Institute 2023; Gherman 2023).⁵ Acompanhando essa tendência de autocratização, nos últimos dez anos, vários setores sofreram com um processo de militarização, evidenciado pelo maior espaço concedido aos militares em instâncias decisórias para a implementação de políticas públicas (Barrientos 2023). Isso chama atenção, uma vez que a atuação política dos militares foi determinante em diversos momentos da História brasileira, como nos casos da Guerra do Paraguai (1864-1870), da Proclamação da República (1889), da implementação do regime ditatorial civil-militar (1964-1985) e também no processo de redemocratização iniciado em 1974.

Com o fim do Regime Monárquico e a Proclamação da República, as FA passaram a atuar na política brasileira por meio de um intervencionismo republicano tutelar, justificando essa conduta com base na ideia de que a Instituição Militar exerceria um papel de guardião da República e força estabilizadora do país em situações de crise. O Brasil também enfrentou um dos processos de redemocratização mais longos da região, iniciado em 1974, no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), através de sua proposta de liberalização política lenta, segura e gradual (Costa 1998). Diferente de outros países, como Argentina e Uruguai, as FA foram capazes de manter algum controle sobre o processo de redemocratização no caso brasileiro e de garantir uma avaliação positiva da população, questão expressa pelo art. 142 da Constituição Federal de 1988. Hoje, os militares voltaram a ter uma maior proeminência política, em especial, a partir da chegada de Michel Temer (2016-2018) à Presidência, que, pela primeira vez desde a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, nomeou um militar para o cargo de Ministro, além de decretar uma intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, comandada por um general (Botelho, Carreño, and Tule 2023).

Durante o governo de Bolsonaro (2019-2022), capitão reformado do Exército, esse quadro foi aprofundado com o crescente número de cargos de liderança sendo ocupados por militares. Exemplo disso é o fato de 8 dos 22 Ministérios terem sido ocupados por membros reformados das

FA, espaço que não era concedido aos militares desde o fim da Ditadura Civil-Militar (Diamint 2018; Barrientos 2023). Dado esse cenário, o número de militares ocupando cargos e funções civis aumentou cerca de 193% entre 2013 e 2021, sendo o maior aumento proporcional observado nos anos de 2018 e 2019, isto é, no contexto dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) (Schmidt 2022). Esse movimento é particularmente mais notório no âmbito das políticas de segurança pública (Diamint 2018). Para Thiago Rodrigues (2023), a intensificação do emprego das FA na segurança pública tem aproximado a realidade brasileira dos demais países ibero-americanos, que já passam por um processo de policialização,⁶ em que observamos uma perda gradual das tradicionais características militares, enquanto são atribuídas às FA funções de policiais de combate ao crime.

Em nossa análise, essa questão pode ter consequências negativas para democracia, na medida em que lógicas tradicionais associadas às FA, como a ideia de soberania, são incorporadas de modo a materializar no real a representação de um inimigo interno a ser combatido, nos termos da dicotomia amigo-inimigo de Schmitt (2009), expresso na própria figura da população, o que leva a restrições de liberdade e violações dos direitos fundamentais. Nesse sentido, a atuação de militares na segurança pública pode ser compreendida com uma das variáveis explicativas centrais para entender os limites do processo de consolidação da democracia no Brasil (Nóbrega Júnior 2010). Por fim, enfatizamos que o Brasil foi capaz de fazer alguns avanços em termos de controle e transparência de assuntos militares, expressos na publicação dos documentos de defesa desde 1996 e na criação do MD em 1999. Contudo, também houve pontos de atrito, como foi o caso da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV),⁷ em 2011, e do uso dos militares na segurança pública nas operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), iniciadas em 1988 (Botelho, Carreño, and Tule 2023).

Breve panorama: o caso do Chile

Embora seja classificado como uma democracia plena pelo Economist Intelligence Unit (2022), o Chile não ficou imune à tendência global de autocratização. O maior desafio atual do país é manter o regime estável em um contexto de militarização (Diamint 2018), sobretudo no âmbito da segurança pública (Hoecker 2023). Há 50 anos, o Chile sofreu um golpe de Estado que derrubou o então Presidente Salvador Allende, e que resultou em um regime militar que perdurou por 17 anos (1973-1990). Esse regime foi marcado por violações de direitos fundamentais, e ficou conhecido por representar um dos mais violentos dentre os regimes militares na região

(Portales 2019). O General Augusto Pinochet governou o país até o final da ditadura, em meados de 1990, quando se iniciou o processo de redemocratização gradual, para evitar agitação entre os militares. Hoje, a democracia no país sofre um processo de autocratização (V-Dem Institute 2023), sendo relevante frisar que a figura de Pinochet ainda tem cerca de um terço da aprovação popular, assim como é um símbolo para a extrema direita conservadora que domina o cenário político (*Estado de Minas Internacional* 2023).

A relação entre as FA e a sociedade civil foi, historicamente, marcada por uma tradição de subordinação militar ao poder civil, questão evidenciada na Constituição de 1833, que definiu a subordinação estrita do corpo militar à figura presidencial. Além disso, corroborava com essa subordinação a falta de profissionalização dos militares. Essa relação cívico-militar manteve-se por mais de cem anos; entretanto, seu equilíbrio foi abalado pela instituição do regime parlamentarista no país, que resultou na diminuição do poder presidencial. Em paralelo a isso, a Instituição Militar foi reformada em função das missões prussianas e inglesas, o que resultou em sua profissionalização. Isso permitiu que as FA tivessem maior capacidade de intervir na política, resultando no primeiro golpe militar, em 1924. No ano seguinte, a nova Constituição do país deu início a um processo de militarização da política. Um novo equilíbrio político foi atingido apenas em 1938. Todavia, as FA passaram a atuar fora do controle democrático, em especial nos casos de progressão de carreira e promoções (Portales 2019).

Com a chegada de Salvador Allende à Presidência, uma nova reforma constitucional foi realizada em 1971, buscando restringir a autonomia institucional dos militares. Isso agravou a crise política que, alinhada às pressões internacionais, levou à criação da Junta Militar, comandada pelo General Pinochet, culminando no golpe de Estado em 1973 (Portales 2019). Pinochet deixou a Presidência em 1990, com o processo de redemocratização, porém, mesmo após sua saída, o General continuou como comandante das FA até 1998, quando se aposentou e assumiu o cargo de Senador Vitalício, conforme dispõe a Constituição do país. No Chile, Pinochet nunca foi preso ou julgado pelos crimes cometidos durante seu governo, o que mostra a dimensão do poder político da Instituição Militar mesmo após o fim do regime ditatorial, questão que caracteriza o movimento de redemocratização do país.

Apesar de manter um certo controle civil sobre a instituição militar, no atual cenário, o Chile mobiliza militares para atuar em atividades fora de sua atribuição constitucional, como ocorre em quase todos os países da região. Exemplos disso foram o uso das FA nas manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus de 2019 e na crise desencadeada pela Covid-19 em 2020. Sebastián Piñera (2018-2022), então presidente do Chile, mobili-

zou policiais e soldados para responder às manifestações em 2019, fazendo uso de uma retórica dura que não era vista desde a Ditadura de Pinochet (Pion-Berlin and Acácio 2020). Já na pandemia de Covid-19, oficiais generais foram convocados para servir como Chefes de Defesa Nacional em regiões onde foi decretado estado de catástrofe (Moya 2020). Além disso, os militares são chamados para atuar no caso de disputas por terra, como denunciado pelos Mapuches em 2016, quando cerca de 1.390 oficiais operavam nas regiões do Bio Bop, Araucania e Los Rios (Giménez 2016).

Por último, ressaltamos que, em 2023, várias medidas adotadas no país expressam essa atual tendência de autocratização, como: o projeto de reforma Constitucional para permitir a proteção de bairros ou setores críticos da ameaça do crime organizado pelas FA; a Ley nº 21.542/2023, que permite a proteção de infraestrutura crítica pela Instituição Militar; e a Ley nº 21.560, que garante a proteção de policiais e militares no exercício de sua função, mas que pode ser aplicada tanto nos casos de repressão ao crime organizado quanto aos protestos sociais (Herrera 2023). Todas essas iniciativas visam a manutenção da segurança interna e apontam para a mobilização dos militares por governos civis, como acontece também no Brasil. Dentro dessa esfera, as FA têm ganhado autonomia, o que aumenta o seu poder político.

Breve panorama: o caso do Uruguai

Embora também seja classificado como uma democracia plena pelo Economist Intelligence Unit (2022), hoje, o Uruguai sofre um processo de autocratização (V-Dem Institute 2023). Como no caso do Chile, historicamente, os partidos políticos no Uruguai ocuparam o centro do poder e o corpo militar experimentou crescimento e modernização no contexto de períodos de militarização. Entretanto, o país não destinou verbas exclusivas para a manutenção da instituição militar, fazendo com que as FA não se tornassem atores políticos ativos (Mathias and Vales 2010). Apesar de serem atores pouco atuantes, houve momentos da História do Uruguai em que os militares tiveram maior destaque e, hoje, o país enfrenta um cenário em que grande parte da população exige uma atuação mais dura, no estilo Bukele, no caso dos problemas enfrentados no âmbito da segurança pública, debatendo efetivamente uma maior militarização da segurança (Diamint 2015; Barría 2023), seguindo a tendência da região.

Durante o século XIX, a presença dos militares na política ocorria, principalmente, através do caudilhismo.⁸ Nesse contexto, durante o governo ditatorial do Coronel Lorenzo Latorre (1876-1880), foram iniciadas as primeiras reformas para criação das condições para a modernização do

país, o que incluía desde reformas trabalhistas à implementação do ensino público, universal e gratuito. Contudo, essas reformas só seriam implementadas de maneira mais concreta no início do século XX, no âmbito do governo de José Batlle (1903-1907 e 1911-1915), o que acabou por transformar o Uruguai no primeiro país da região a implementar um Estado de Bem-Estar Social (Mathias and Vales 2010). Desde 1903, com o batllismo,⁹ as FA mantiveram-se distantes da sociedade civil, reconhecidas, frequentemente, apenas como um órgão burocrático, enquanto a principal instituição que pautava o direcionamento da política nacional no país era a escola. Em função disso, a democracia foi construída por meio da educação, questão que nos ajuda a compreender o afastamento das FA da política.

Mais tarde, ainda no século XX, o então presidente Gabriel Terra (1933-1938) instituiu uma ditadura no país, promovendo um expressivo processo de profissionalização das FA. Entretanto, isso não levou a uma maior participação das FA na política, característica que perdurou por quase toda a História do país, transformando-se apenas na década de 1970 em função das crises que o antigo sistema político enfrentava em conjunto com as novas regras da política internacional da Guerra Fria. O regime instaurado com a ditadura civil-militar (1973-1985) ficou conhecido, em seus primeiros três anos, como um “ensaio ditatorial”, momento em que os militares acumularam diversos poderes. O governo militar tentou criar uma nova cultura política, envolvendo os militares na política, mas que acabou por fracassar em meados de 1980, devido às várias crises internas e externas. Isso abriu espaço para o plebiscito de novembro de 1980 que decidiu pelo final da ditadura (Mathias and Vales 2010). Destacamos que ambas as ditaduras do século XX foram impulsionadas por governos democraticamente eleitos, sendo que, no caso da primeira ditadura, a participação militar foi praticamente inexistente. Com o processo de redemocratização iniciado em 1985, o Uruguai buscou restaurar o Estado de Bem-Estar Social, na tentativa de afastar os militares da política. Dada a experiência autoritária, no novo regime, o país teve dificuldade de alcançar um consenso sobre qual deveria ser o papel das FA, debate que ainda hoje não foi superado (Mathias and Vales 2010).

Por fim, observamos que o apelo de governos civis pela maior presença das FA na política foi característica central dos períodos que antecederam momentos de militarização na História do Uruguai. Tendo isso em vista, chamamos atenção para o fato de que, nas últimas duas décadas, essa tendência tem retornado. Isso ficou evidente, sobretudo, na última eleição no país, em que discursos conservadores e neoliberais ganharam espaço no campo político com o surgimento do novo partido, *Cabildo Abierto*, que tem uma inclinação militar e conservadora, e também com a chega-

da à Presidência do Uruguai, em 2020, de Luis Alberto Lacalle Pou, do Partido Nacional (ou Partido Blanco), representante da direita (*Le Monde Diplomatique* 2019).

Breve panorama: o caso do Equador

De modo contraintuitivo ao quadro de Estado de exceção decretado em maio de 2024 e ao baixo **nível de democratização**, o Equador apresentou uma melhora em seu LDI (V-Dem Institute 2023), na contramão da atual onda global de autocratização. Suas instituições foram minadas no governo do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017), que estabeleceu um governo com um Poder Executivo amplo e forte. Com a chegada de seu sucessor à Presidência, Lenín Moreno (2017-2021), foram reintroduzidos limites ao poder do Executivo, importantes para preservar a democracia (Mainwaring and Pérez-Liñán 2023). Nesse processo, a independência judicial, a atuação da oposição e a ação da sociedade civil foram centrais para a recuperação da democracia (V-Dem Institute 2023). Embora seja possível observar uma melhora do seu indicador de democracia, os problemas de militarização também afetam a política no Equador, assim como ocorre nos demais países discutidos aqui, sendo as relações civil-militares um desafio para a consolidação das instituições democráticas no país (Quibell 2002; Vallejo 2018).

Desde a transição democrática no país, iniciada em 1979, as relações civil-militares são caracterizadas por um processo de manutenção e expansão das prerrogativas militares. No Equador, os militares foram capazes de garantir uma autonomia em relação aos governos civis, sobretudo a partir de 1990, dadas as fraquezas estruturais do sistema político, da concepção liberal dos militares e da atuação interna das FA, principalmente na esfera da segurança pública (Quibell 2002). Em vista dessa autonomia, a Instituição Militar, de maneira similar ao Brasil, historicamente, atuou por meio de um intervencionismo republicano tutelar, compreendendo-se como autoridade com obrigação de interferir na política em casos de bloqueio do poder civil ou de ingovernabilidade (Bustamante 2003). A atuação dos militares no caso da segurança pública é o exemplo mais notório da militarização no país, resultando em uma crescente dependência das elites civis dos militares para se manter no poder (Diamint 2015). Sobretudo, nessa esfera, os militares têm sido mobilizados para atuar em responsabilidades distantes daquelas que seriam sua missão constitucional tradicional (Ramalho, Diamint, and Sánchez 2020).

Isso ficou evidente no caso da decisão do atual presidente Guillermo Lasso de determinar que as FA atuaram por tempo indeterminado como

apoio da polícia (*Público* 2021). Para além da esfera da segurança pública, esse processo de militarização no país também pode ser observado na mobilização de militares pelo ex-presidente Lenín Moreno, em 2019, no contexto da repressão às manifestações contra o Decreto Presidencial 883, que eliminou os subsídios aos combustíveis. Essa crise mostrou a autonomia das FA, que cumpriram as ordens presidenciais à luz de protocolos próprios, mobilizando as tropas do Exército com táticas mais suaves, assumindo um papel de apoio e deixando a repressão mais dura para a polícia. Em 2020, as FA também foram mobilizadas para apoiar os agentes de saúde pública na situação de calamidade pública desencadeada pelo Covid-19 (Pion-Berlin and Acácio 2020).

Por fim, ressaltamos que os recentes acontecimentos no país, como o assassinato de Fernando Villavicencio, candidato à Presidência, em 2023, e o decreto de Estado de exceção de 2024 evidenciam a dependência do governo da Instituição Militar para manter a ordem. Esse quadro reflete os problemas que o Equador enfrenta, pelo menos desde 2021, em virtude das disputas entre facções pelo domínio do comércio ilícito de drogas e armas (Díaz 2024). Em suma, como nos demais países que discutimos nesta terceira seção, no Equador a militarização é notória, principalmente, na segurança pública, campo em que os militares têm sido convocados por governos civis a assumirem maiores responsabilidades políticas.

UM EXAME DO ORÇAMENTO MILITAR EM PAÍSES IBERO-AMERICANOS DE REGIME DEMOCRÁTICO: OS CASOS DE BRASIL, CHILE, URUGUAI E EQUADOR

Os gastos globais com defesa têm crescido desde 2015, alcançando um recorde de US\$ 2,24 trilhões em 2022, com um aumento de 3,7% nesse ano. A Guerra Rússia-Ucrânia é um dos principais fatores que impulsionaram este aumento, sobretudo em função do crescimento dos gastos militares dos países europeus. Em uma tendência inversa, os gastos militares na região da América do Sul caíram cerca de 6,1% em 2022, queda explicada, principalmente, pela diminuição dos investimentos brasileiros em defesa (Sipri 2023b). Conforme observamos na Tabela 1, a seguir, o Brasil investe uma menor porcentagem do seu PIB em defesa em relação ao Chile, Uruguai e Equador, ainda que seja preciso esclarecer que o Brasil é o país da região com o maior orçamento em valores absolutos, enquanto o Chile ocupa a quarta posição, o Uruguai a oitava e o Equador a sexta (Statista Research Department 2023). Nesta seção, avaliamos o processo de militarização nesses quatro países a partir da análise do orçamento de defesa. A metodologia aplicada consiste em uma análise comparada dos dados de

orçamento entre 2012 e 2022, em que é examinado sua variação em relação ao contexto político e social de cada caso selecionado para análise, com base no que foi apresentado na seção anterior. Com isso, a pesquisa busca verificar se, em países com declínio na qualidade democrática, houve um aumento ou diminuição nos gastos militares em relação ao PIB.

Tabela 1

Orçamento de defesa por país no período de 2012 a 2022 (% do PIB)

Países	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	1,38%	1,33%	1,33%	1,37%	1,35%	1,41%	1,47%	1,38%	1,33%	1,16%	1,05%
Chile	2,05%	1,99%	1,97%	1,91%	1,92%	1,94%	1,88%	1,86%	2,09%	1,93%	1,83%
Equador	2,95%	2,88%	2,74%	2,62%	2,51%	2,36%	2,35%	2,18%	2,37%	2,24%	2,16%
Uruguai	1,80%	1,82%	1,81%	1,82%	1,72%	1,81%	1,97%	1,89%	2,04%	2,10%	1,90%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do SIPRI (2023a).

Durante o primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), no ano posterior à criação da CNV, em 2012, observamos que o Brasil diminuiu o orçamento de defesa, que se manteve estável desta data até 2014 (Gráfico 1). Em 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), verificamos um aumento. Porém, o orçamento volta a cair em 2016, quando o mandato da ex-presidenta foi cassado. Entre 2016 e 2018, durante o governo de Temer (2016-2018), identificamos uma taxa de crescimento anual de 4% do orçamento.¹⁰ O maior índice de investimento, 1,47% do PIB, foi registrado em 2018, quando Temer mobilizou os militares para conduzir uma intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro e também nomeou, pela primeira vez desde a criação do MD, um militar para o cargo de Ministro da Defesa. Temer também convocou as FA para conter protestos populares contra a reforma trabalhista e previdenciária. Além disso, ressaltamos que esse período coincide com o maior aumento proporcional do número de militares ocupando cargos e funções civis.

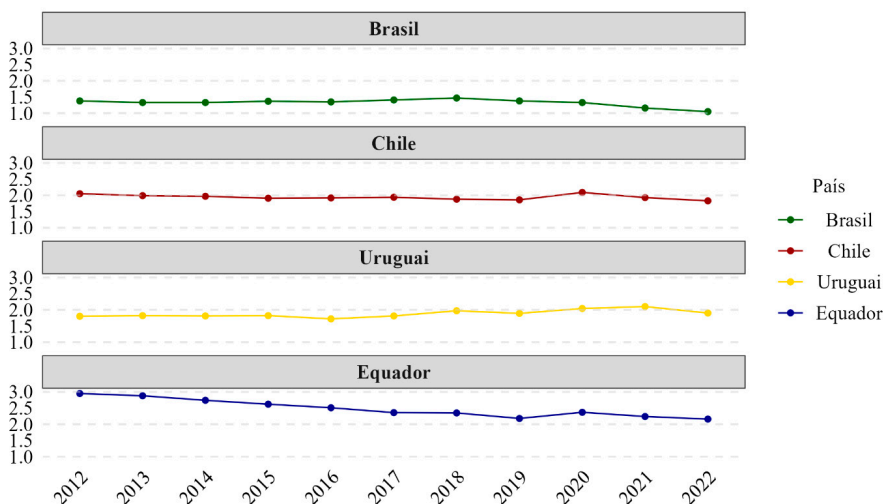


Gráfico 1 — Orçamento de defesa por país em porcentagem do PIB (2012-2022).
 Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do SIPRI (2023a).¹¹

Durante o governo de Bolsonaro (2019-2022), o orçamento exibe uma tendência de queda, registrando, em 2022, o menor valor da série temporal observada — 1,05% do PIB. Essa tendência atingiu, no geral, uma taxa anual de 9% de queda no período de 2019 a 2022.¹² Esse quadro confronta-se com o fato de Bolsonaro ter concedido a figuras militares um papel de liderança na formulação de políticas públicas em diferentes áreas, o que nos leva a inferir que o papel político central desempenhado pelas FA em seu governo não foi revertido em aumento do investimento em defesa. De maneira ampla, observamos que o orçamento segue uma tendência majoritária de queda, assim como o LDI do país, que também se apresenta em queda substancial desde 2015. Isso pode nos indicar que, apesar da mobilização dos militares pelos governos civis em ações fora do seu escopo de atuação constitucional, a instituição militar não tem sido capaz de reverter seu engajamento político em investimento para o setor de defesa.

No Chile, verificamos que há uma tendência de queda progressiva do orçamento entre de 2012 a 2015 (ver Gráfico 1). Frisamos que, em 2012, as manifestações estudantis tomaram as ruas do país contra o modelo social adotado pelo governo do General Pinochet, representando o maior episódio de descontentamento popular desde a instalação do regime democrático no país (González 2019). A memória da violenta ditadura mili-

tar pronunciada neste cenário pode nos ajudar a entender a queda do orçamento nesse período. Nos anos seguintes, em 2016 e 2017, o orçamento aumentou, período que foi marcado por denúncias dos Mapuches acerca da militarização do Estado em disputas por terra. As denúncias informavam que estariam atuando nas regiões do Bio Bop, Araucania e Los Rios cerca de 1.390 oficiais, duas bases militares, 50 carros blindados, além de tanques, helicópteros e um arsenal de armamento de guerra (Giménez 2016), o que pode explicar o aumento do investimento em defesa no país andino nesse ano.

Observamos novamente uma queda nos anos de 2018 e 2019; porém, em 2020, vemos um novo aumento, que configura o maior índice do orçamento — 2,09% do PIB. Isso ocorreu no momento em que o país enfrentava a crise da pandemia de Covid-19, quando dezesseis oficiais gerais, por meio do Decreto nº 42.607-B/2020, foram nomeados para servir como Chefes de Defesa Nacional nas regiões em que foi declarado estado de catástrofe (Moya 2020), fato que, provavelmente, exigiu o aumento com os gastos militares. A partir de 2021, o país voltou a apresentar uma tendência de queda, registrando, em 2022, assim como no caso brasileiro, o menor investimento da série em análise — 1,83% do PIB. Ainda ressaltamos que, como vimos na seção anterior, no ano de 2023, o Chile adotou diversas medidas no sentido de lidar com o problema do tráfico de drogas e do crime organizado, expandindo o escopo de atuação das FA (Herrera 2023), questão que pode apontar para uma mudança em direção a um aumento do orçamento de defesa nos próximos anos.

No Uruguai, de 2012 a 2014, o orçamento apresentou pouca variação (ver Gráfico 1). Em 2015, verificamos um aumento que coincide com período em que foi estabelecido um acordo entre a polícia de Nova Iorque e o governo uruguaio para a compra de um novo sistema de georreferenciamento do crime (Vazquez 2018). Contudo, no ano seguinte, em 2016, houve uma queda, quando o país registrou o menor índice da série temporal analisada — 1,72% do PIB. Nos anos de 2017 e 2018, há um aumento do orçamento, interrompido por uma queda em 2019, seguido por um novo crescimento em 2020 e 2021. Especificamente em 2020, assim como no Chile, o Uruguai registrou o maior índice de gastos militares — 2,04% do PIB. No Uruguai, as FA também foram mobilizadas para trabalhar no combate à pandemia de Covid-19, atuando, entre outras ações, na distribuição de insumos, na fabricação de produtos médicos e no patrulhamento das fronteiras (Delgado 2020). Esse fato, em alguma medida, pode explicar o aumento dos investimentos em defesa nos anos de 2020 e 2021. Em 2022, o orçamento diminuiu, mas ainda é registrado um valor maior do que o observado em 2012.

Como discutimos na seção anterior, as FA no Uruguai não foram atores políticos muito ativos historicamente, diferente de outros países da região. Porém, atualmente, observamos no país um crescimento dos discursos políticos que defendem uma maior presença das FA, principalmente, em função dos problemas enfrentados na segurança pública. Hoje, o Uruguai é o país com a maior taxa de policiais por habitantes da região, atingindo, em 2017, a maior taxa de privação da liberdade em sua História, sobretudo, em função dos sistemas de vigilância implementados (Vazquez 2018). Dessa maneira, como no Brasil e no Chile, a militarização da segurança pública tem sido um problema central para consolidação democrática do país.

No caso do Equador, vemos uma tendência progressiva de queda do orçamento de defesa de 2012 a 2019, interrompida em 2020 (ver Gráfico 1). Como no Chile e no Uruguai, esse aumento coincide com o período da crise de Covid-19, em que as FA foram mobilizadas para apoiar os agentes de saúde na situação de calamidade pública. Além disso, esse aumento é posterior às manifestações que eclodiram em 2019 contra a eliminação dos subsídios aos combustíveis, quando as FA cumpriram um papel central de apoio à repressão policial (Pion-Berlin and Acácio 2020). Em 2021, o investimento em defesa voltou a cair e atingiu no ano de 2022, assim como nos casos de Brasil e Chile, o menor índice da série analisada — 2,16% do PIB. Nesse sentido, de modo geral, o Equador apresenta uma tendência de queda do orçamento militar, enquanto o seu LDI seguiu uma orientação de melhora. Nesse aspecto, o país confirma a tese de Pereira (2004), que diz: à medida que o nível de democracia aumenta, os gastos com defesa tendem a diminuir. Desse modo, podemos argumentar que, por um lado, a Instituição Militar pode ter sido capaz de mobilizar politicamente seu apoio ao governo como meio para capitalizar maiores recursos no contexto posterior a crise política de 2019 e a crise de Covid-19. Enquanto, por outro lado, ainda que atuando permanentemente para garantir a ordem, nos anos subsequentes o investimento de defesa voltou a diminuir, ou seja, a instituição militar não tem conseguido transformar o capital político em mais recursos de forma estável para a defesa.

Notamos que, apesar de seguir uma tendência de democratização, em termos de militarização, o país se aproxima dos demais casos examinados. Isso porque a militarização da segurança pública tem levado a uma maior dependência das elites civis da Instituição Militar para se manter no poder (Diamint 2015), questão evidenciada na crise que levou à ampliação do poder das FA com a decisão de decretar Estado de exceção no país em maio de 2024 (Díaz 2024). Nessa direção, a militarização no Equador é patente, principalmente na segurança pública, campo em que os militares têm sido convocados por governos civis a assumirem maiores responsabilidades

políticas, tal como ocorre nos demais casos analisados. Seguramente, esse quadro afetará negativamente os avanços democráticos realizados pelo país nos últimos dez anos, em especial no que se refere à garantia dos direitos fundamentais.

Nossa análise revela que os governos civis acabaram por mobilizar as FA para atuar fora da sua atribuição constitucional em circunstâncias de crise, contexto em que os orçamentos cresceram. Isso ficou evidente no caso: (1) do Chile, que aumentou os gastos em 2016 e 2017, no cenário de disputa com os Mapuches, e em 2020, no contexto da pandemia; (2) do Uruguai, em que os aumentos foram registrados nos anos em que houve maiores investimentos em sistemas e equipamentos para o combate ao crime organizado e no enfrentamento à Covid-19; e (3) do Equador, em que o único aumento registrado, em 2020, é posterior à eclosão dos protestos em 2019, além de coincidir com a crise na saúde pública em decorrência da Covid-19. Dos casos analisados, o Brasil é o único que não apresentou um aumento do orçamento no caso da Covid-19, fato que pode ser explicado pela postura negacionista do ex-presidente Bolsonaro. Apesar disso, destacamos que as FA foram mobilizadas durante o governo Temer para atuar na contenção de protestos sociais e na crise de segurança pública, contexto que houve aumento do investimento no setor na mesma tendência dos demais países estudados.

Por fim, concluímos que, independentemente de os indicadores de democracia seguirem uma tendência de melhora ou não, os orçamentos de defesa nos países analisados seguem uma tendência de queda, que é interrompida apenas em casos de crises sociais. Isso reforça o que já foi destacado na literatura sobre o tema de que, na região, os militares desenvolveram um “perfil multifuncional”, atuando em diferentes campos que não aquele de sua atribuição (Diamint 2018; Botelho, Carreño, and Tule 2023; Brandon 2022), assim como enfatiza a ideia de que esses países sofrem com um processo de policialização de suas FA (Rodrigues 2023). Em nossa análise, esse quadro tem consequências para a consolidação da democracia na medida em que a militarização da segurança interna pode resultar em incorporação de lógicas tradicionais associadas às FA, como a ideia de soberania estatal, de modo a materializar no real a representação de um inimigo interno a ser combatido, nos termos da dicotomia amigo-inimigo de Schmitt (2009). A figura desse inimigo, expresso na população civil, tem resultado em restrições de liberdade e violações dos direitos fundamentais, como bem ilustra o caso do Uruguai. Além disso, a tendência constante de queda do orçamento mostra também que os instrumentos de defesa desses Estados estão sendo enfraquecidos, o que, no longo prazo, pode significar que as FA não serão capazes de executar suas atribuições tradicionais

constitucionais, deixando as fronteiras nacionais terrestres, marítimas e aeroespaciais vulneráveis em um cenário global de escalonamento das tensões geopolíticas e aumento dos gastos militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos os casos de Brasil, Chile, Uruguai e Equador, procurando gerar inferências sobre a relação entre erosão democrática e militarização com base na análise dos orçamentos militares nos últimos dez anos. Esse estudo corroborou com a literatura sobre o tema em dois pontos principais: primeiro, reforça a ideia de que os militares desempenham um papel multifuncional; e, segundo, indica que as FA enfrentam um processo de policialização. Isso tem consequências para a consolidação da democracia, uma vez que a militarização, sobretudo, da segurança interna, pode implicar em incorporação de lógicas tradicionais relacionadas ao universo militar, como soberania estatal, que contribui para transformar a população em uma espécie de inimigo interno, fato que pode resultar em restrições da liberdade e violações dos direitos fundamentais. Além disso, a tendência de queda nos investimentos de defesa sugere um enfraquecimento dos instrumentos estatais de defesa, o que pode ter implicações a longo prazo diante das crescentes tensões geopolíticas globais e regionais.

Explicamos que, no intuito de avançar os estudos sobre o tema, esta pesquisa aprofunda a análise da relação entre militarização e enfraquecimento da democracia na Iberoamérica, propondo uma abordagem empírica para investigar se o papel político crescente dos militares tem levado a um aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa. Enquanto a literatura existente discute como a mobilização dos militares por governos civis pode enfraquecer a democracia, esta pesquisa avança ao examinar dados concretos de orçamentos militares entre 2012 e 2022 nos países selecionados. Ao fazer isso, buscamos entender se o fortalecimento político dos militares se traduz em um maior controle sobre os recursos do Estado, o que poderia indicar uma tendência de militarização, que impacta a qualidade da democracia.

Por último, destacamos que avaliar apenas o orçamento de defesa nos oferece uma visão limitada acerca do atual processo de militarização. Para alcançar uma visão mais abrangente e clara do problema, seria particularmente importante levantar e avaliar outras informações, como o número de militares, as atividades exercidas pelas FA, os equipamentos adquiridos, os projetos estratégicos das FA, assim como os cargos políticos e administrativos que são ocupados por militares. Para além disso, também seria necessário observar um número maior de países na região para que pos-

samos formar uma imagem mais completa sobre os processos de erosão democrática e militarização enfrentados atualmente.

REFERÊNCIAS

Barría, Cecilia. 2023. “Violencia en Ecuador: Muchos Ecuatorianos Quieren mano dura al Estilo Bukele. Ese es el Perfecto Caldo de Cultivo para el Populismo”. *BBC News Mundo* (Jul.). www.bbc.com/mundo/articles/crglx4w7p80o.

Barrientos, Fernando. 2023. “Presidential Militarism in Latin America”. *Latinoamérica* (Maio). latinoamerica21.com/en/presidential-militarism-in-latin-america/.

Beliakova, Polina. 2021. “Erosion by Deference: Civilian Control and the Military in Policymaking”. *Texas National Security Review* 4, no. 3: 55–75. [dx.doi.org/10.26153/tsw/13988](https://doi.org/10.26153/tsw/13988).

Bermeo, Nancy. 2016. “On Democratic Backsliding”. *Journal of Democracy* 27, no. 1 (Jan.): 5–19. [dx.doi.org/10.1353/jod.2016.0012](https://doi.org/10.1353/jod.2016.0012).

Botelho, João Carlos Amoroso, Alexander Arciniegas Carreño, and Luis Antonio González Tule. 2023. “Más allá de la Seguridad Pública: La Militarización de la Política Democrática en América Latina”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes* 48, no. 2: 279–300. <https://doi.org/10.1080/08263663.2023.2190654>.

Bowman, Kirk S. 2002. *Militarization, Democracy, and Development: the Perils of Praetorianism in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University.

Brandon, Joe. 2022. “Politics and the Military in Latin America”. *Canning House* (Maio). www.canninghouse.org/canning-insights/politics-and-the-military-in-latin-america-1.

Bustamante, Fernando. 2003. “Tensiones en la Relación Civil-Militar en el Ecuador del Siglo XXI”. *Universitas-XXI: Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, no. 3: 7–27. dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5968425.

Cabral, José P. Cabrera. 2011. “Bases do Reformismo Nacionalista Uruguaio: As Reformas Batllistas no Início do Século XX”. *Revista Territórios e Fronteiras* 4, no. 1: 128–51. periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/90/91.

Clardie, Justin. 2011. “The Impact of Military Spending on the Likelihood of Democratic Transition Failure: Testing two Competing Theories”. *Armed Forces & Society* 37, no. 1: 163–79. doi.org/10.1177/0095327X10372595.

Costa, Arthur Trindade Maranhão. 1998. “O lobby militar e as relações civil-militares durante a Assembléia Nacional Constituinte”. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Delgado, Juan. 2020. “Forças armadas do Uruguai Apoiam a População Frente ao Avanço do Coronavírus”. *Diálogo Américas* (Abr.). dialogo-americas.com/pt-br/articles/forças-armadas-do-uruguai-apoiam-a-populacao-frente-ao-avanco-do-coronavirus/.

Diamint, Rut. 2015. “A new Militarism in Latin America”. *Journal of Democracy* 26, no. 4: 155–68. doi.org/10.1353/jod.2015.0066.

Diamint, Rut. 2018. “Militarismo en América Latina”. In *Perspectivas de América Latina hacia un nuevo contrato social tras la covid*, edited by Erika Rodríguez Pinzón: 203–12. Madrid: Editorial Pablo Iglesias.

Díaz, Marcos González. 2024. “O que aconteceu nos países da América Latina que militarizaram combate ao narcotráfico como o Equador”. *BBC News Brasil* (Jan.). www.bbc.com/portuguese/articles/cv2llgyw7lgo.

Economist Intelligence Unit. 2022. *Democracy Index 2022: Frontline Democracy and the Battle for Ukraine*. London: Economist Intelligence Unit. www.eiu.com/n/wp-content/uploads/2023/02/Democracy-Index-2022_FV2.pdf?li_fat_id=f1fbad7e-a282-4b9e-9f8f-6a6d5a9fe6b8.

Estado de Minas Internacional. 2023. “Pinochet, mais presente do que nunca 50 anos após o golpe militar no Chile” (Set.). www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/09/07/interna_internacional,1558362/pinochet-mais-presente-do-que-nunca-50-anos-apos-o-golpe-militar-no-chile.shtml.

Gherman, Michel. 2023. “Bolsonarismo e a Extrema Direita no Brasil: Uma Reflexão Sobre Origens e Destinos”. *Fundação Heinrich Böll Brasil* (Jul.). br.boell.org/pt-br/2023/07/18/bolsonarismo-e-extrema-direita-no-brasil-uma-reflexao-sobre-origens-e-destinos.

Giménez, María Julia. 2016. “Mapuches denunciam militarização por parte do Estado nos conflitos por terras”. *Brasil de Fato* (Abr.). www.brasildefato.com.br/2016/04/27/mapuches-denunciam-militarizacao-dos-conflitos-por-terras-no-chile.

González, Enric. 2019. “A revolução dos jovens do Chile contra o modelo social herdado de Pinochet”. *El País* (Nov.). brasil.elpais.com/brasil/2019/11/23/internacional/1574543096_923129.html.

Herrera, Mladen Daslav Yopo. 2023. “Militarización de la Seguridad Interna: Una Necesidad Problemática que Debilita la Democracia”. *Dirección de Investigación*: 1–7 (Maio). usek.cl/wp-content/uploads/2023/07/Militarizacion-de-la-seguridad-interna.pdf.

Hoecker, Marcos Robledo. 2023. “Militarización, Emergencia del Militarismo Civil y Erosión Democrática en América Latina”. In *Militarización, Militarismo y Democracia: ¿Nuevas Tendencias en América Latina?*, edited by Marcos Robledo Hoecker and Francisco J. Verdes-Montenegro: 21–62. Madrid: Fundación Carolina.

Kruijt, Dirk. 2019. “Military Involvement in Latin American Politics”. *Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies* 47, no. 1: 1–20. doi.org/10.5787/47-1-1264.

Le Monde Diplomatique. 2019. “A Extrema Direita Decolando no Uruguai” (Out.). diplomatique.org.br/a-extrema-direita-decolando-no-uruguai.

Mainwaring, Sott, and Aníbal Perez-Liñan. 2023. “Why Latin America’s Democracies are Stuck”. *Journal of Democracy* 34, no. 1: 156–70. doi.org/10.1353/jod.2023.0010.

Mathias, Suzeley Kalil, and Tiago Pedro Vales. 2010. “O Militarismo no Uruguai”. *Dossiê: História e Militarismo* 29, no. 2: 50–70 (Dez.). doi.org/10.1590/S0101-90742010000200004.

Mill, John Stuart. 1846. *A system of logic, ratiocinative and inductive, being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation*. New York: Harper & Brothers.

Moya, Santiago Aguayo. 2020. “A Polivalência das forças armadas do Chile: Uma Capacidade Essencial para Enfrentar a Pandemia do Covid-19”. *Eceme: Observatório Militar da Praia Vermelha*. ompv.eceme.eb.mil.br/dqbrn/covid-19/336-a-polivalencia-das-forcas-armadas-do-chile-uma-capacidade-essencial-para-enfrentar-a-pandemia-do-covid-19.

Nóbrega Júnior, José Maria Pereira da. 2010. “A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira”. *Revista de Sociologia e Política* 18, no. 35: 119–30 (Fev.). doi.org/10.1590/S0104-44782010000100008.

Paes, Ana Claudia. 2023. “Equador: a crise de segurança pública e o assassinato de Villavicencio”. *Brasil de Fato* (Ago.). www.brasildefato.com.br/2023/08/17/equador-a-crise-de-seguranca-publica-e-o-assassinato-de-villavicencio.

Pelke, Lars, and Aurel Croissant. 2021. "Conceptualizing and Measuring Autocratization". *Special Issue: Covid-19 — A Political Science Perspective* 27, no. 2: 434–48. doi.org/10.1111/spsr.12437.

Pereira, Rodrigo M. 2004. "Democracy and Military Expenditures: a Cross-Country Analysis". *Brazilian Journal of Business Economics* 4, no. 1 (Jan./Abr.): 63–72. portalrevistas.ucb.br/index.php/rbee/article/view/4323.

Pion-Berlin, David, and Igor Acácio. 2020. "The Return of the Latin American Military?" *Journal of Democracy* 31, no. 4: 151–65. doi.org/10.1353/jod.2020.0062.

Portales, Carlos. 2019. "Militarization and Political Institutions in Chile". In *Global Militarization*, edited by Peter Wallensteen, Johan Galtung, and Carlos Portales: 206–36. New York: Routledge.

Público. 2021. "Presidente do Equador anuncia a militarização do país por tempo indeterminado" (Nov.). www.publico.pt/2021/11/16/mundo/noticia/presidente-equador-anuncia-militarizacao-pais-tempo-indeterminado-1985216.

Quibell, Julian C. 2002. "*Civil-Military Relations in Ecuador: (in)Subordination and Challenges to Democratic Consolidation*". Thesis (PhD) — Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences of Georgetown University.

Ramalho, Antônio Jorge, Rut Diamint, and Lisa Sánchez. 2020. "A Militarização da Segurança e a Volta dos Militares à Política na América Latina". *Friedrich-Ebert-Stiftung*: 1–15. library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17102.pdf.

Rezende, Flávio da Cunha. 2022. "Comparação em Ciência Política". In *Política Comparada: Teoria e Método*, edited by Renato Perissinoto, João Carlos Amoroso Botelho, Bruno Bolognesi, Mariana Batista, and Manoel Leonardo Santos: 61–109. Rio de Janeiro: Eduerj.

Rodrigues, Thiago. 2023. "O Destino das forças armadas é ser Polícia?". *Le Monde Diplomatique* (Mar.). diplomatique.org.br/o-destino-das-forcas-armadas-e-ser-policia.

Schmidt, Flávia de Holanda. 2022. *Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo federal*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Schmitt, Carl. 2009. *O conceito do político: teoria do partisan*. Tradução: Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Editora Del Rey.

Sipri. 2023a. *Sipri Military Expenditure Database*. Estocolmo: Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri). www.sipri.org/databases/milex.

Sipri. 2023b. *Trends in World Military Expenditure, 2022*. Estocolmo: Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri). www.sipri.org/sites/default/files/2023-04/2304_fs_milex_2022.pdf.

Statista Research Department. 2023. *Military Expenditure in Latin America in 2022, by Country (in million U. S. dollars)*. Statista Research Department. www.statista.com/statistics/794434/military-spending-latin-america-country/.

Tavares, Francisco Mata Machado. 2011. “Três variantes do personalismo na política da América hispânica: o caudilhismo, o bolivarianismo e o populismo como expressões de afirmação regional”. *Cadernos PROLAM/USP* 1, ano 10: 38–52. www.revistas.usp.br/prolam/article/download/82448/108446.

Vallejo, Sebastián. 2018. *Angostura, el 30-S y la (re)militarización de la seguridad interna en Ecuador*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar y Corporación Editora Nacional.

Vazquez, Andrés del Río e Mauricio. 2018. “O Retorno do Verde Oliva no Brasil, Argentina e Uruguai”. *Diplomatique* (Jun.). diplomatique.org.br/o-retorno-do-verde-oliva.

V-Dem Institute. 2023. *Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization*. Gothenburg: V-Dem Institute. www.v-dem.net/publications/democracy-reports/.

EROSÃO DEMOCRÁTICA E MILITARIZAÇÃO NOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS NA ÚLTIMA DÉCADA

RESUMO

O artigo analisa o enfraquecimento dos regimes democráticos nos países ibero-americanos na última década, em um contexto de retorno do protagonismo político de figuras militares na região. Desse modo, foi discutida a relação entre erosão democrática e militarização de quatro casos destacados, a saber Brasil, Chile, Uruguai e Equador, a partir da análise comparada do volume orçamentário destinado ao setor de defesa no período de 2012 a 2022. Os resultados mostram que o orçamento militar segue uma tendência de queda em todos países examinados, interrompida pontualmente em cenários de crises sociais. Isso reforça o que a literatura aponta em relação ao perfil multifuncional e a noção de um processo em curso de policialização das forças armadas na região. Em nossa análise, isso tem duas principais consequências: eleva a população ao *status* de inimigo interno, com efeitos negativos para a democracia em termos de restrição de liberdades civis e violação de direitos fundamentais; e enfraquecido das forças armadas, com consequências para capacidade de garantir a segurança das fronteiras nacionais.

Palavras-chave: Erosão Democrática; Autocratização; Militarização; Países Ibero-Americanos.

ABSTRACT

The article analyzes the weakening of democratic regimes in Ibero-American countries over the past decade, in a context marked by the resurgence of the political prominence of military figures in the region. Thus, we explored the relationship between democratic erosion and militarization in four highlighted cases, Brazil, Chile, Uruguay, and Ecuador, based on a comparative analysis of the defense sector budget allocations from 2012 to 2022. The results show that military budgets have followed a downward trend in all the examined countries, interrupted occasionally in scenarios of social crises. This reinforces what the literature suggests regarding the multifunctional role and the ongoing process of *policialização* of the Armed Forces in the region. In our analysis, this leads to two significant outcomes: it elevates the population to the status of an internal enemy, with negative effects on democracy in terms of restrictions on civil liberties and violations of fundamental rights; and it undermines the Armed Forces, thereby impacting their capacity to secure national borders.

Keywords: Democratic Erosion; Autocratization; Militarization; Ibero-American Countries.

Recebido em 16/02/2024. Aceito para publicação em 20/08/2024.

NOTAS

1. Autocratização refere-se ao declínio da qualidade dos regimes democráticos, que pode resultar no enfraquecimento ou no colapso da democracia, assim como na recessão das características democráticas em regimes autoritários (Pelke and Aurel 2021).
2. Além do Equador, a República Dominicana e Honduras também apresentaram uma melhora dos indicadores de democracia. Porém, dada a natureza qualitativa deste estudo, selecionamos apenas um caso de melhora para contrapor os casos de erosão democrática. O Equador foi escolhido por enfrentar, hoje, um profundo quadro de crise na segurança pública, o que faz da realidade do país comparável aos demais casos selecionados para análise.
3. Rezende (2022) explica que o método comparado baseia-se na lógica indutiva de John Stuart Mill (1846) e consiste em uma maneira de analisar conexões causais (causação) por indução a partir da observação de casos. Essa abordagem é orientada pela seleção sistemática de casos com a finalidade de compreender, com base na interpretação, como estão estruturadas as diferenças e as similaridades entre as realidades empíricas observadas, sendo, portanto, a confrontação dessas realidades o objetivo fundamental do método comparado.
4. Beliakova (2021, 60, tradução nossa) define esse termo “[...]” como uma mudança no equilíbrio de poder civil-militar, na qual as autoridades civis delegam tarefas de política geralmente desempenhadas por agentes civis a membros da profissão militar”.
5. Segundo a Anti-Defamation League (ADL), o Brasil, de 2019 a 2022, foi o país com o maior crescimento de grupos de extrema direita no mundo (Gherman 2023).
6. Rodrigues (2023, n. p.) explica que o termo policialização refere-se as mudanças que as FA enfrentam hoje em termos de princípios, doutrinas, treinamento, objetivos e equipamento que tem resultado em uma “[...]” perda gradual de características militares tradicionais para a atribuições de policiais de ‘combate ao crime’”.
7. Iniciativa criada pela Lei n.º 12.528/2011 com o objetivo de apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.
8. Caudilhismo pode ser descrito como uma variante do personalismo político, em que o poder político é centralizado na figura do Caudilho. Essa figura é representada por um indivíduo que concentra em si uma tríade de características, pautadas em uma base econômica, uma implantação social e um projeto político, a saber temor, respeito e o poder (Tavares 2011).
9. O termo batllismo diz respeito à ideologia política derivada do governo de José Batlle y Ordóñez (1903-1907 e 1911-1916), que se pautava em

políticas públicas progressistas com o intuito de estabelecer um Estado de Bem-Estar Social no Uruguai (Cabral 2011).

10. Para calcular a taxa de crescimento, usamos a fórmula de taxa de crescimento anual composta (CAGR, do inglês *Compound Annual Growth Rate*).
11. O gráfico foi elaborado usando o software R.
12. Ver nota de fim número 10.